CONTRATO Nº 16.01.2025.03 – MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16.01.2025.03 – MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000000004/2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ(PI), E A EMPRESA MARCELO BRAZ RIBEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA EM PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, CERTAMES LICITATÓRIOS, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ(PI).

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ(PI)**, inscrito no CNPJ nº 41.522.194/0001-72, com sede administrativa na Av. Ceará, 735, Centro, CEP.: 64.225-000, Bom Princípio do Piauí(PI), neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal **FRANCISCO APOLINÁRIO COSTA MORAES**, brasileiro, maior, casado, inscrito no CPF nº XXX.171.063-XX, residente e domiciliado em Bom Princípio do Piauí(PI), CEP.: 64.225-000, doravante denominado abreviadamente de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MARCELO BRAZ RIBEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.595.873/0001-97, com sede na Rua Pedro II, nº 1460, sala 02, centro, Parnaíba - PI, CEP.: 64.200-420, neste ato representado pelo Sr. **MARCELO BRAZ RIBEIRO**, brasileiro, maior, casado, Advogado, devidamente inscrito na OAB/PI nº 4190, inscrito no CPF sob o nº XXX.779.833-XX, residente e domiciliado na cidade de Parnaíba-PI, doravante denominado de **CONTRATADO**, têm entre si justa e acordada a celebração do presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem como objeto a execução dos serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica em processos e procedimentos administrativos, certames licitatórios, de interesse do município de Bom Princípio do Piauí(PI), de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

1. A prestação dos serviços técnicos costuma ocorrer das seguintes formas:

- Acompanhamento técnico das demandas administrativas inerentes ao objeto da prestação de serviços;
- Consulta verbal em horário de expediente;
- Consulta verbal fora do horário de expediente;
- Consulta online em horário de expediente;
- Redigir correspondências que envolvam aspectos técnicos relevantes;
- Assessoria técnica preventiva nas áreas contratadas.
- Diligências junto aos órgãos da administração pública municipal, estadual e federal;
- Peticionamento ou requerimento perante qualquer autoridade

- Assessoria Jurídica em todas as modalidades de licitação e de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;
- Assessoria Jurídica em Contratos Administrativos de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;
- Assessoria Jurídica na Gestão dos Contratos Administrativos;
- Acompanhamento da publicidades das Licitações e Contratos Administrativos no TCE – Tribunal de Contas do Estado do Piauí, PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas e Portal da Transparência do Município de Bom Princípio do Piauí;
- Acompanhamento presencial ou remoto do Agente de Contratação e/ou Pregoeiro e Equipe de Apoio em sessões eletrônicas de licitações.

2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
   2.1 O Termo de Referência;
   2.2 A Autorização de Contratação Direta;
   2.3 A Proposta do contratado; e,
   2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR GLOBAL:

O valor global do presente Contrato é de **R$ 182.160,00 (Cento e oitenta e dois mil cento e sessenta reais).**

Parágrafo Primeiro: O valor do presente Contrato será pago em 12 (doze) parcelas, mensais, iguais e sucessivas de **R$ 15.180,00 (Quinze mil cento e oitenta reais)**, referentes aos serviços prestados durante os meses de janeiro a dezembro do ano de 2025, **a serem transferidos para conta corrente do CONTRATADO no Banco do Brasil, Agência 3137-2, Conta Corrente nº 25.343-X.**

CLAUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS:

A contar da data assinatura contrato, podendo ser prorrogado na forma prevista na Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores:

INICIO: 02/01/2025 TERMINO: 31/12/2025

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindocomo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto,observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1. Acatar o parecer do representante designado pela **CONTRATANTE** para atestar a qualidade dos serviços, conforme discriminados no Termo de Referência e quando necessário providenciar a substituição e correção de irregularidades no prazo a ser definido pela **CONTRATANTE**;
2. Iniciar, a partir da data da assinatura do contrato firmado, os serviços pactuados, conforme solicitado pela **CONTRATANTE**, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir suas atividades conforme estabelecido;
3. Executar fielmente o contrato firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento da **CONTRATANTE**;
4. Receber os valores contratuais pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidadese exigências estabelecidas no Contrato;
5. Cumprir todas as orientações da **CONTRATANTE**, para o fiel desempenho das atividades específicas;

6. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às questões formuladas;
7. Arcar com as questões levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do contrato firmado, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;
8. Prestar os esclarecimentos a **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços;
9. Manter durante a execução do objeto deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
10. Responsabilizar-se integralmente pela prestação de serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
11. Apresentar à **CONTRATANTE**, quando exigido, comprovantes de quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço na **CONTRATANTE**, por força deste contrato;
12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade fato da **CONTRATANTE** fiscalizar seu acompanhamento;
13. Assumir todos os encargos de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, decorrentes da execução dos serviços, cabendo apresentar à **CONTRATANTE**, sempre que solicitados, os correspondentes comprovantes desses pagamentos. Fica facultado à **CONTRATANTE** reter total ou parcialmente o pagamentodo valor da prestação dos serviços, caso não sejam devidamente comprovados os instrumentos dos encargos de natureza previdenciária. A ausência dessa comprovação pela **CONTRATADA**, caso solicitada pela**CONTRATANTE**, poderá decorrer em pena até de rescisão contratual, em atendimento ao disposto no § 3° do art.195 da Constituição Federal, bem como artigos 92, XIX e 137, I da Lei Federal n° 14.133/21 e suas alterações posteriores;
14. Requerer a exclusão da **CONTRATANTE** de lide que venha a ser movida por qualquer funcionário seu, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial;
15. Manter sigilo absoluto sobre qualquer informação adquirida em virtude da execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-la para si, divulgar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento das obrigações assumidas, por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais;
16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
17. Corrigir, sob suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do serviço.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
2. Apontar e notificar a **CONTRATADA** todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato;
3. Determinar o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos constatados;
4. Enviar correspondência à **CONTRATADA**, solicitando esclarecimentos quanto a faltas ou defeitos não sanados no prazo estabelecido;
5. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
6. Atestar notas fiscais ou faturas para efeito de pagamento;

7. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
8. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto contratado;
9. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas do contrato firmado;
10. Acompanhar e fiscalizar a execução, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art.117 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato, não eximindo a empresa de total responsabilidade quanto à execução dos serviços;
11. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recuperar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam em desacordo com as condiçõese exigências especificadas;
12. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua correção, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de suspensão do contrato firmado, ressalvado os casos fortuitos ou de força maiores, devidamente justificados e aceitos;
13. Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução doserviço e quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;
14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

1. Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a VIII do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência por parte da Administração Pública;
3. Em caso de rescisão prevista nos incisos V e VIII do art. 137 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 137 acarreta as consequências previstas no art. 139,incisos I a IV, ambos da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:

Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, poderá aplicar à **CONTRATADA**, as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas de:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela **CONTRATANTE;**

b.2) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na execução do objeto contratual, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto,a critério da Administração Pública Municipal, em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços.

b.4) O valor da multa referida nesta cláusula será descontado "ex-officio" da **CONTRATADA**,

mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Administração Pública Municipal, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a **CONTRATANTE** promova sua reabilitação.

CLAUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Os recursos para execução deste contrato estão consignados no Orçamento Municipal 2025 – MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ, oriundos do Projeto /Atividade: 04.122.002.2008.0000; Elemento de Despesa: 3.3.90.35.00; Fr: 500;

CLAUSULA NONA – DAS VANTAGENS LEGAIS E SUPERVINIENTES:

O Contrato estará sujeito ao Regime da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, ficando assegurando à **CONTRATANTE** todos os direitos e vantagens conferidas pela legislação que vier a ser promulgada durante a prestação de serviços.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES QUANDO À LGPD:

1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimentode contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

1. Os pagamentos serão efetuados mediante a entrega dos seguintes documentos, que serão retidos pela **CONTRATANTE**:

a) nota fiscal /fatura acompanhada das Certidões Federais, Estaduais, Municipais e Trabalhistas;

2. Os serviços serão pagos até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente atestado.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REAJUSTES E ALTERAÇÕES:

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice IGP-M (ÍNDICE GERAL DE PREÇO DE MERCADO), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tãologo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s)

definitivo(s).

5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer formanão possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s)pela legislação então em vigor.
6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7. O reajuste será realizado por apostilamento.
8. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressõesno quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no art. 125, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

O presente Contrato foi objeto de Inexigibilidade de licitação conforme o art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei nº 14.133/21 e suas alteraçõesposteriores, vinculado ao Termo que Inexigiu a licitação.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

As partes elegem o foro da Comarca da Cidade de Buriti dos Lopes(PI), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1°, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

E, por assim estarem justas e contratados, as partes assinam e rubricam, o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Bom Princípio do Piauí(PI), 16 de janeiro de 2025.

MARCELO BRAZ RIBEIRO:75777983391
Assinado de forma digital por MARCELO BRAZ RIBEIRO:75777983391
Dados: 2025.01.16 10:45:53 -03'00'

FRANCISCO APOLINÁRIO COSTA MORAES
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MARCELO BRAZ RIBEIRO
MARCELO BRAZ RIBEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF nº 012.996.xxx-66

CPF nº xxx.166.053-05

Id:10EF3500A99BB26D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ
CNPJ: 41.522.194/0001-72
Av. Ceará, 735, Centro, CEP 64.225-000
E-mail: prefeiturabomprincipiopi@gmail.com

EXTRATO PUBLICAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal do município de Bom Princípio do Piauí – PI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina o inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente processo administrativo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16.01.2025.01, AUTORIZA** a contratação por Inexigibilidade de licitação para o objeto: **EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM CONTABILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ (PI),** em favor da empresa **GESTAO CONTABILIDADE & ASSESSORIA PUBLICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.239.440/0001-07, com sede na Rua Genes Celeste nº 2194, bairro Horto, em Teresina(PI), CEP: 64.052-685, a qual cotou valor mensal **R$ 19.900,00 (Dezenove mil e novecentos reais)**, perfazendo, para em período de 12(doze) meses um valor global em **R$ 238.800,00 (Duzentos e trinta e oito mil e oitocentos reais). FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Bom Princípio do Piauí(PI), 16 de janeiro de 2025.

FRANCISCO APOLINÁRIO COSTA MORAES
Prefeito Municipal

Id:15190569C239B272

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ
CNPJ: 41.522.194/0001-72
Av. Ceará, 735, Centro, CEP 64.225-000
E-mail: prefeiturabomprincipiopi@gmail.com

EXTRATO DE CONTRATO

REFERÊNCIA: Contrato nº 16.01.2025.01 – PMBP, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ(PI) e a empresa GESTAO CONTABILIDADE & ASSESSORIA PUBLICA LTDA.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ(PI).
CONTRATADO: GESTAO CONTABILIDADE & ASSESSORIA PUBLICA LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO: 05.441.330/0001-36.
OBJETO: EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM CONTABILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ (PI).
DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: O presente Contrato foi objeto de Inexigibilidade de licitação conforme o art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, vinculado ao Termo que Inexigiu a licitação.
VIGÊNCIA: 02/01/2025 a 31/12/2025.
VALOR MENSAL: R$ 19.900,00 (Dezenove mil e novecentos reais).
VALOR GLOBAL: R$ 238.800,00 (Duzentos e trinta e oito mil e oitocentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Orçamento Anual 2025 – Município de Bom Princípio do Piauí, oriundos do Projeto /Atividade: 04.122.0002.2008.0000; Elemento de Despesa: 3.3.90.35.00; Fr: 500;
DATA DA ASSINATURA: 16/01/2025.

FRANCISCO APOLINÁRIO COSTA MORAES
Prefeito Municipal

Id:0E28AA0FEE87B277

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ
CNPJ: 41.522.194/0001-72
Av. Ceará, 735, Centro, CEP 64.225-000
E-mail: prefeiturabomprincipiopi@gmail.com

EXTRATO PUBLICAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal de Bom Princípio do Piauí – PI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina o inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente processo administrativo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16.01.2025.03, AUTORIZA** a contratação por Inexigibilidade de licitação para o objeto: **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA EM PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, CERTAMES LICITATÓRIOS, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ(PI), DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES**, em favor da empresa **MARCELO BRAZ RIBEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.595.873/0001-97, com sede na Rua Pedro II, nº 1460, sala 02, centro, Parnaíba - PI, CEP.: 64.200-420, a qual cotou valor mensal **R$ 15.180,00 (Quinze mil cento e oitenta reais)**, perfazendo, para em período de 12(doze) meses um valor global em **R$ 182.160,00 (Cento e oitenta e dois mil cento e sessenta reais). FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Bom Princípio do Piauí(PI), 16 de janeiro de 2025.

FRANCISCO APOLINÁRIO COSTA MORAES
Prefeito Municipal

Id:01AB38D4A4ADA46B

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ
CNPJ 41.522.293/0001-54
Telefone: (89) 3455 1218 – E-mail: pmcaldeiraopi@hotmail.com
Endereço: Praça 29 de Abril – Centro
CEP 64.695-00 – CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ – PI

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO Nº 006/2025; PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2025; ABERTURA DA SESSÃO: 14:30 horas, do dia 07.02.2025. OBJETO: Registro de preço para a contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem na capital do estado do Piauí, Teresina – PI, para a prefeitura de Caldeirão Grande do Piauí – PI. FPM / FMS / FUS/ ICMS / RECURSOS PRÓPRIOS / EMENDA FEDERAL DE CUSTEIO. CÓPIA COMPLETA DO EDITAL: No site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/, e no portal www.compraspublicas.com.br.

Caldeirão Grande do Piauí – PI, 21 de janeiro de 2025.

Antônio Lindomar Sousa Alencar
Pregoeiro

Id:0F8BEF9F9488A6BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ
CNPJ: 41.522.194/0001-72
Av. Ceará, 735, Centro, CEP 64.225-000
E-mail: prefeiturabomprincipiopi@gmail.com

EXTRATO DE CONTRATO

REFEREFERÊNCIA: Contrato nº 22.01.2025.01 – PMBP, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ(PI) e a empresa FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MACHADO.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ(PI).
CONTRATADO: FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MACHADO.
CNPJ DO CONTRATADO: 17.695.546/0001-07.
OBJETO: execução dos serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil voltada ao acompanhamento de controle e estudo de impacto da folha de pagamento do município. e acompanhamento juntos aos orgaos do governo federal, estadual dos convenios, termos de compromissos. termo de cooperação técnica, contratos, de interesse do município de bom princípio do piauí(pi), de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: O presente Contrato foi objeto de Inexigibilidade de licitação conforme o art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei nº 14.133/21 e suas alteraçõesposteriores, vinculado ao Termo que Inexigiu a licitação.
VIGÊNCIA: 02/01/2025 a 31/12/2025.
VALOR MENSAL: R$ 6.000,00 (seis mil reais).
VALOR GLOBAL: R$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Orçamento Municipal 2025 – MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ, oriundos do Projeto /Atividade: 04.122.002.2008.0000; Elemento de Despesa: 3.3.90.35.00; Fr: 500;
DATA DA ASSINATURA: 22/01/2025.

FRANCISCO APOLINARIO COSTA MORAES:78017106300 Assinado de forma digital por FRANCISCO APOLINARIO COSTA MORAES:78017106300 Dados: 2025.01.23 11:22:18 -03'00'

FRANCISCO APOLINÁRIO COSTA MORAES
Prefeito Municipal

Id:0F8BEF9F9488A921

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ
CNPJ: 41.522.194/0001-72
Av. Ceará, 735, Centro, CEP 64.225-000
E-mail: prefeiturabomprincipiopi@gmail.com

EXTRATO DE CONTRATO

REFEREFERÊNCIA: Contrato nº 16.01.2025.03 – PMBP, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ(PI) e a empresa MARCELO BRAZ RIBEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ(PI).
CONTRATADO: MARCELO BRAZ RIBEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS.
CNPJ DO CONTRATADO: 17.595.873/0001-97.
OBJETO: Execução dos serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica em processos e procedimentos administrativos, certames licitatórios, de interesse do município de Bom Princípio do Piauí(PI), de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: O presente Contrato foi objeto de Inexigibilidade de licitação conforme o art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei nº 14.133/21 e suas alteraçõesposteriores, vinculado ao Termo que Inexigiu a licitação.
VIGÊNCIA: 02/01/2025 a 31/12/2025.
VALOR MENSAL: R$ 15.180,00 (Quinze mil cento e oitenta reais).
VALOR GLOBAL: R$ 182.160,00 (Cento e oitenta e dois mil cento e sessenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Orçamento Municipal 2025 – MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ, oriundos do Projeto /Atividade: 04.122.002.2008.0000; Elemento de Despesa: 3.3.90.35.00; Fr: 500;
DATA DA ASSINATURA: 16/01/2025.

FRANCISCO APOLINARIO COSTA MORAES:78017106300 Assinado de forma digital por FRANCISCO APOLINARIO COSTA MORAES:78017106300 Dados: 2025.01.16 12:36:13 -03'00'

FRANCISCO APOLINÁRIO COSTA MORAES
Prefeito Municipal

Id:0B621F367BEAA6CD

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ
CNPJ: 41.522.194/0001-72
Av. Ceará, 735, Centro, CEP 64.225-000
E-mail: prefeiturabomprincipiopi@gmail.com

EXTRATO PUBLICAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal de Bom Princípio do Piauí – PI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina o inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente processo administrativo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22.01.2025.01, AUTORIZA** a contratação por Inexigibilidade de licitação para o objeto: **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL VOLTADA AO ACOMPANHAMENTO DE CONTROLE E ESTUDO DE IMPACTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO MUNICIPIO. E ACOMPANHAMENTO JUNTOS AOS ORGAOS DO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL DOS CONVENIOS, TERMOS DE COMPROMISSOS. TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CONTRATOS, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ(PI), DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES**, em favor da empresa: razão Social: **FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MACHADO** e nome fantasia: **SUPERAVIT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.695.546/0001-07, com sede na Rua Genes Celeste, Nº 2194 - SALA 11 A – PLANALTO, Teresina - PI, CEP.: 64050-170, a qual cotou valor mensal **R$ 6.000,00 (seis mil reais)**, perfazendo, para em período de 12(doze) meses um valor global em **R$ 72.000,00(Setenta e dois mil reais)**. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Bom Princípio do Piauí(PI), 22 de janeiro de 2025.

FRANCISCO APOLINARIO COSTA MORAES:78017106300 Assinado de forma digital por FRANCISCO APOLINARIO COSTA MORAES:78017106300 Dados: 2025.01.23 11:20:59 -03'00'

FRANCISCO APOLINÁRIO COSTA MORAES
Prefeito Municipal

Id:167C4AF9683AAE0C

PREFEITURA DE BRASILEIRA
O Brasil se constrói com trabalho

DECRETO Nº 004/2025

REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, QUE DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE LICITAÇÃO FÍSICA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BRASILEIRA/PI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRASILIRA, Estado do Piauí, no exercício das atribuições previstas na Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

CAPÍTULO I

OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º - Este Decreto Municipal tem por objetivo regulamentar o disposto na Lei Federal nº 14.133 de 2021 que trata da Dispensa de Licitação na sua forma física no âmbito da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da Administração direta do Poder Executivo municipal de Brasileira-PI, fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

CAPÍTULO I

DA DISPENSA FÍSICA

Art. 2º - A Administração Municipal poderá adotar a dispensa de licitação, na forma física, nas seguintes hipóteses

(Continua na próxima página)